

UMA NARRATIVA SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ITAIPULÂNDIA (PR)

A NARRATIVE ABOUT THE HISTORY OF EDUCATION IN ITAIPULÂNDIA, PR, BRAZIL

UNA NARRATIVA SOBRE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN DE ITAIPULÂNDIA (PR)

Jean Sebastian Toillier^I

Ivete Maria Baraldi^{II}

^I Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Cascavel, Paraná – Brasil. E-mail: jeantoillier7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7322-5516>

^{II} Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Bauru, São Paulo – Brasil. E-mail: ivete.baraldi@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9779-510X>



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

Este artigo trata da História da Educação de Itaipulândia (PR), com enfoque nos aspectos que se estendem desde sua colonização e o surgimento das primeiras escolas até os anos 1990, quando o município se emancipa, e o contexto educacional passa por uma transformação. Foi

mobilizada a História Oral como metodologia de pesquisa para a produção de oito entrevistas realizadas com docentes, a maioria deles ligada à disciplina de Matemática. Com base nessas narrativas e no cotejamento com outras fontes documentais, no presente artigo, tem-se por objetivo apresentar uma compreensão elaborada acerca de uma História da Educação de Itaipulândia. Destaca-se ainda como os espaços são modificados e modificam as características de uma região e, também, das pessoas que ali vivem.

Palavras-chave: História Oral. Formação de professores de Matemática. História da educação matemática.

Abstract

This paper focuses on the History of Education of Itaipulândia, PR, Brazil, studying aspects connected with its colonisation and the establishment of the first schools and going until the 1990s, when the town was emancipated and the educational context changed. Oral History was mobilized as a research methodology for the production of eight interviews with teachers, most of them associated with the teaching of Maths. Based on these narratives, and collating with other documental sources, the objective of this research is to pursue a comprehension of a History of Education in Itaipulândia. Besides, the research points out the way the spaces are modified and modify the characteristics of a region and also its inhabitants.

Keywords: Oral History. Math teachers formation. History of Mathematics education.

Resumen

Este artículo trata sobre la historia de la educación de Itaipulândia (PR), con atención en los aspectos que se extienden desde su colonización y la aparición de las primeras instituciones hasta los años de 1990, cuando la municipalidad se emancipó y el contexto educacional pasa por una transformación. Se movilizó la historia oral como metodología de investigación empleada para la producción de ocho entrevistas realizadas con docentes, la mayoría de ellos asociada a la asignatura de Matemáticas. De acuerdo con las narrativas y el cotejo con otras fuentes documentales, en el presente artículo, el objetivo es presentar una comprensión elaborada acerca de una historia de la educación de Itaipulândia. Además, se destacó como

los espacios son modificados y modifican las características de una región, y también de las personas que allí viven.

Palabras clave: *Historia oral. Formación de profesores de Matemáticas. Historia de la educación matemática.*

1 Introdução

Este texto trata sobre a educação em Itaipulândia (PR). A ideia de se pensar sobre esse local é oriunda de um mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Câmpus de Rio Claro, no qual se objetivava discutir acerca de como se deu a formação do professor de Matemática que atuou na referida cidade, desde o início da década de 1960 até o início da década de 1990 (TOILLIER, 2013). A partir do uso da História Oral como metodologia de pesquisa, realizamos oito entrevistas com docentes, ligados à disciplina de Matemática ou não, e que nos ajudaram a entender a formação do professor de Matemática do local.

Temos por objetivo apresentar, neste artigo, uma compreensão da História da Educação em Itaipulândia, elaborada a partir das narrativas que mobilizamos, com abordagem aos aspectos que se estendem desde sua colonização e o surgimento das primeiras escolas até os anos 1990, quando o município se emancipa e o contexto educacional passa por uma transformação.

Dessa forma, na sequência do texto, tratamos sobre como a História Oral, as narrativas e os espaços foram mobilizados na pesquisa. Depois, a partir de fontes bibliográficas e de excertos das entrevistas que realizamos, constituímos duas narrativas: a primeira, sobre Itaipulândia, e a segunda, abordando a História da Educação local. Por fim, uma breve conclusão sobre o objeto de estudo.

2 Apontamentos sobre História Oral, narrativas e espaços

O uso da História Oral se deu a partir dos pressupostos teóricos do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem¹). Essa metodologia faz uso de narrativas orais que, a partir do trabalho com seus procedimentos, oportuniza a criação de fontes documentais e que, no nosso caso, possibilitaram a constituição de uma narrativa específica sobre a História da Educação em Itaipulândia.

Não encaramos a História Oral como um modelo estrutural de procedimentos a serem utilizados, mas como uma trajetória, na qual não é desvencilhado o objeto de pesquisa do pensar metodológico (GARNICA, 2015). É no ato de fazer a pesquisa que a metodologia se constitui, e se moldam suas especificidades.

O nosso trabalho com a História Oral iniciou-se com a elaboração de um roteiro e com o contato simultâneo com os entrevistados. Depois, a entrevista foi realizada com a gravação de seu áudio e, posteriormente, foi feita a transcrição literal de todas as falas. O próximo procedimento foi a textualização, um momento em que, no nosso caso, o texto transcrito foi reordenado, e os vícios de linguagem são retirados, a fim de que a leitura do que foi dito ocorresse de forma mais fluída, com o cuidado de não modificar o sentido das falas dos depoentes. Por último, o entrevistado recebeu sua entrevista transcrita e textualizada para efetuar a conferência e sugerir possíveis modificações. Após sua aprovação, o depoente assinou uma carta de cessão dos direitos².

Esse processo teve como objetivo a criação de fontes históricas, parte integrante do que Michel de Certeau (2010), em sua obra *A escrita da História*, chama de operação historiográfica, e que Garnica (2015) a caracteriza como um movimento que se inicia a partir da opção por algumas fontes, que leva a um processo de composição de narrativas. Desse modo, para Garnica (2015), nos casos em que é utilizada a História Oral, inaugura-se uma operação que, a partir da incorporação de outras fontes, cria uma nova narrativa.

Nessa operação historiográfica, as narrativas foram constituídas a partir das entrevistas orais dos professores José Griebeler, Cecília Moretto, Nelson Domingues (*in memoriam*), Oneide Patrício e Lotário Knob e dos ex-professores Guido Miranda, Derseu de Paula e João

¹ Para mais informações, acesse <http://www2.fc.unesp.br/ghoem/>.

² Para mais informações sobre os procedimentos explicados, ver Toillier (2013).

Kazmirczak. Desses, Derseu de Paula e João Kazmirczak não ensinaram Matemática, mas foram docentes de disciplinas como Educação Física, História e Geografia, e diretores de escola. Além disso, mobilizamos, também, outras fontes, por exemplo, documentos das escolas e dos arquivos aos quais tivemos acesso; fotografias, que foram encontradas na Casa da Memória do município; e, também, fontes bibliográficas que tratassem sobre o ensino na região e em Itaipulândia.

As narrativas têm um papel fundamental para a escrita que se pretende fazer, pois, conforme Bolívar, Domingo e Fernández (2001), potencializam a constituição de um sujeito e como ele toma as características que possui, uma vez que o ato de narrar é uma forma de mostrar que as pessoas são capazes de ser escritoras e leitoras de seu viver. Conforme esses mesmos autores, a narração é uma autointerpretação do que somos, e que possibilita a relação das nossas perspectivas para o futuro, quando narramos um tempo passado, com as experiências que ajudaram a constituir o ser e o significado que agora possuem.

Outro aspecto que ressaltaremos aqui é o espaço que, como tratado em Moraes e Garnica (2016), influencia muito a vida daqueles que o ocupam. Clima, vegetação, relevo, entre outros fatores fazem com que mudemos nossas percepções. Além disso, podemos também modificar locais que ocupamos uma vez que, a partir de necessidades e desejos, podemos contribuir para mudar o clima, a vegetação, o relevo.

Os espaços são vivenciados, ocupados e experienciados pelo sujeito, não são feitos de uma única maneira por todos, mas de modo que cada um possa atribuir os seus significados, elaborar suas crenças e concepções, tudo isso a partir de sua vivência pessoal (MORAIS; GARNICA, 2016). Dessa forma, pode-se “[...] afirmar que espaços não são neutros, são criados e criadores, elaborações físicas e discursivas, ações e intenções, moldam e são moldados por subjetividades” (MORAIS; GARNICA, 2016, p.84). Logo, são incapazes de ter a mesma forma para sempre, pois podem afetar e ser afetados, uma vez que sua trajetória sempre muda e, com isso, não é possível reviver ou retomar um determinado espaço-tempo.

3 Uma localização geográfica, uma história e um perfil econômico de Itaipulândia

A escolha por Itaipulândia se deu por um motivo simples: um dos autores deste texto residiu boa parte de sua vida na cidade, e o contexto histórico e econômico do local tem algumas características que nos chamam atenção.

Itaipulândia é um pequeno município localizado na região Oeste do estado do Paraná e faz fronteira com o Paraguai, por meio do lago de Itaipu. Atualmente, possui menos de dez mil habitantes³. Sua história é bem recente, se comparada a de várias cidades brasileiras, pois sua colonização começou a partir do início da década de 1960.

Inicialmente, Itaipulândia pertencia ao município de São Miguel do Iguçu e era composta por várias localidades. As mais importantes economicamente e que concentravam maior população eram Aparecidinha do Oeste, Itacorá e São Jose do Itavó. As matas predominavam e os novos moradores precisavam buscar uma maneira de conseguir seu sustento. A agricultura foi uma das principais fontes de renda e atraiu várias famílias.

A colonização do local se deu, principalmente, por migrantes catarinenses e gaúchos. Como afirmado por Derseu de Paula e Guido Miranda, em seus depoimentos (TOILLIER, 2013), muitos novos moradores conseguiram suas terras por preço barato ou por meio do direito de posse⁴. Eles tiveram que derrubar a mata, abrir estradas, construir suas casas, suas escolas, suas igrejas, tudo por conta própria, sem ajuda do poder público (SCARPATO; BÖHM, 2006). Com o tempo, as localidades começaram a crescer e, lentamente, uma estrutura básica foi montada, a fim de atender a população: as escolas já existentes ganhavam prédios maiores; foram construídos pequenos hospitais; o comércio se desenvolvia; eram erguidos salões de festas vinculados às igrejas; mais estradas eram abertas, etc.. Nesses aspectos, Itacorá estava à frente das demais, pois era localizada a beira do rio Paraná e próxima a uma rodovia que ligava Guaíra (PR) até Foz do Iguçu. São José do Itavó também se desenvolvia bem, em virtude das plantações de algodão e pela proximidade de Itacorá.

³ A população de Itaipulândia, conforme o censo de 2010, foi de 9026 habitantes, como pode ser visto em <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=411095&search=parana|itaipulandia|infoogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>.

⁴ Terras tomadas, sem a posse da escritura.

Enquanto isso, Aparecidinha do Oeste, mais isolada, ficava em desvantagens em relação ao desenvolvimento (SCARPATO; BÖHM, 2006).

Em busca de novas oportunidades, muitos imigrantes chegavam interessados em plantar nas terras que se mostravam ótimas para a agricultura, o que acarretou uma expansão demográfica. Contudo, no início da década de 1970, foi anunciada a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no leito do rio Paraná, em Foz do Iguaçu. Isso mudaria toda a região Oeste do Paraná, pois o rio Paraná delimitava a fronteira do Brasil com o Paraguai, e muitas terras seriam inundadas. Durante os anos de 1970, e nos primeiros anos da década seguinte, iniciou-se um movimento emigratório, dado que, para muitos, não havia perspectiva de continuar a viver na região:

Eu fiquei morando em Itacorá até 1975 e saí por causa da Itaipu. Ali era o seguinte: eu exercia certa liderança e a Itaipu, acho que de uma maneira inteligente, procurou me indenizar rapidamente. Era interesse deles, provavelmente, que eu saísse de lá o quanto antes, por causa da liderança que eu exercia. Era até natural. E por outro lado, coincidiu com o meu interesse também, porque eu tinha uma visão clara que aquele projeto era irreversível e tinha certeza que ia sair uma usina e ia encher d'água; não tinha que pensar em fazer investimento ali ou achar que aquilo seria o futuro. Eu era jovem ainda, iniciando a minha vida profissional, tinha que procurar outro lugar. Se bem que isso não acontecia com a maioria dos colonos, pois eles não acreditavam que a Itaipu fosse construída (Depoimento de Derseu de Paula (TOILLIER, 2013, 150)).

Apesar da resistência de muitos moradores de toda região que seria afetada com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a obra prosseguiu e, em 1982, foi concluída. Muitas famílias precisaram se mudar, e a paisagem local mudou mais uma vez, agora com a formação do Lago de Itaipu, que inundou várias terras e localidades, como Itacorá, que ficou totalmente debaixo das águas, como pode ser visto na Figura 1.

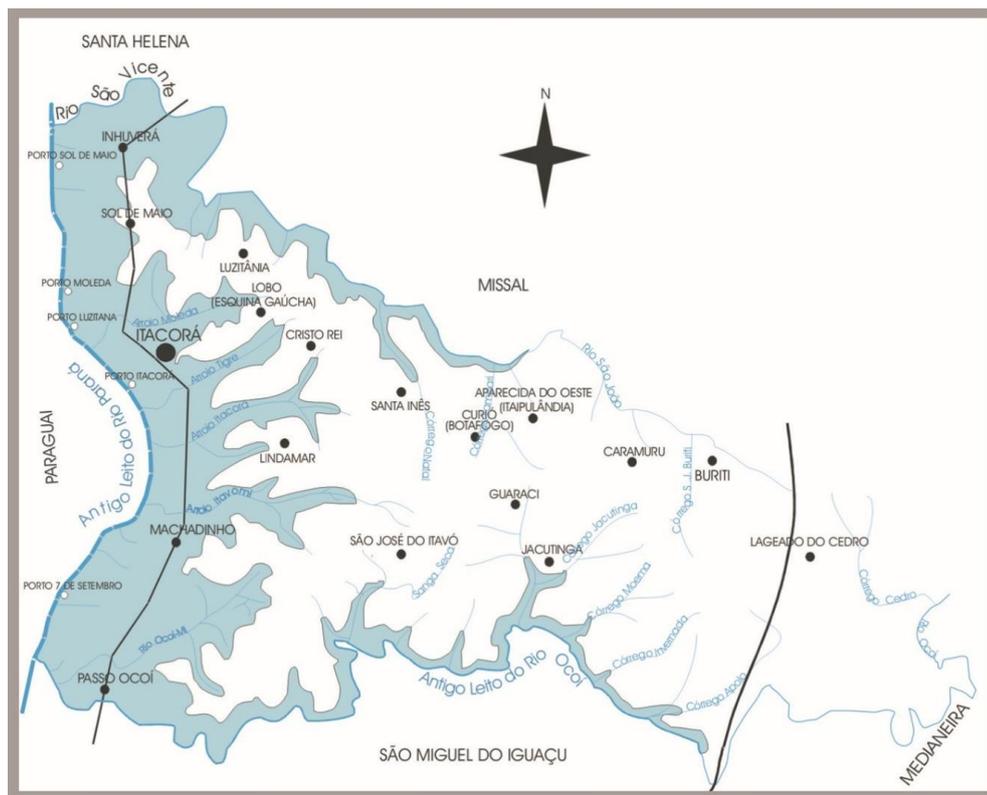


Figura 1 – Território do município de Itaipulândia

Fonte: Arquivo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Nota: A parte destacada em azul, que contorna o município de Itaipulândia ao Sul, à Oeste e à Noroeste antes da construção da Hidrelétrica de Itaipu, era habitável e possuía comunidades, como Itacorá, matas nativas ou plantações. Dessa forma, os pontos destacados na região azul constituem comunidades que pertenceriam à atual Itaipulândia.

Durante a década de 1970, os mais de 15 mil habitantes de Itacorá precisaram ir para outros lugares. São José do Itavó ficou isolada e perdeu várias terras produtivas devido à inundação ocasionada pelo Lago, o que fez com que sua população diminuísse drasticamente. Já Aparecidinha do Oeste foi pouco afetada, tornou-se a principal localidade e recebeu muitas pessoas vindas das terras inundadas (SCARPATO; BÖHM, 2006).

A partir de 1982, Aparecidinha do Oeste progrediu economicamente, a ponto de buscar a emancipação de São Miguel do Iguaçu, e, no ano de 1992, Itaipulândia é criada, e sua sede passa a ser Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó, um de seus distritos. O nome do município é uma menção à importância do Lago de Itaipu.

Com a emancipação, Itaipulândia começou a receber *royalties*⁵ pagos pela Itaipu, em virtude de terras pertencentes ao seu território e que foram alagadas, ou passaram a ser improdutivas. É uma quantidade de dinheiro altíssima para uma cidade que tem poucos habitantes e, por isso, já foi responsável por vários casos de desvios de verbas, morte encomendada de um prefeito, entre outras manobras ilícitas⁶.

No próximo tópico, apresentamos como se deu a evolução da Educação em Itaipulândia, por meio da criação de escolas, e o que a emancipação proporcionou.

4 Uma História da Educação em Itaipulândia

Como apresentamos anteriormente, a colonização de Itaipulândia se deu com pouca ajuda do poder público, e os novos moradores foram responsáveis até mesmo pela construção e funcionamento de escolas municipais. Segundo Emer (1991), essa era uma das características marcantes da região Oeste do Paraná, quando se pensava em educação.

A escolarização que se estabeleceu em Itaipulândia iniciou-se, assim como em toda região Oeste do Paraná, das ações dos próprios moradores, que viam a necessidade da criação de uma escola, mesmo que apenas de nível primário⁷, para que seus filhos tivessem algum tipo de instrução. O professor era vinculado à comunidade, sendo, geralmente, filho de um colono ou de algum comerciante que tivesse alcançado um nível mais elevado de estudo (EMER, 1991).

[...] comecei a trabalhar na verdade em 1977 como professora substituta na quarta série. Fui convidada porque não tinha nenhum professor que podia substituir a professora de quarta série – que ela foi embora – na Escola [Municipal] Rondônia, em São José do Itavó, e eles não sabiam Matemática, pois não conseguiam fazer as contas de vezes, de dividir, fazer situação problema e tal, aí foram me convidar pra eu poder substituir esse professor, já que eu trabalhava na loja do meu pai naquela época (Depoimento de Oneide Patrício (TOILLIER, 2013, p. 129)).

⁵ Os *royalties* são pagos pelo governo federal desde 1985 para todos os municípios que têm a sua área atingida pelo Lago de Itaipu. O pagamento é feito em relação à proporção de área alagada de cada município.

⁶ Para elucidar os crimes que acontecem em Itaipulândia, em relação ao dinheiro público e à morte do prefeito Vendelino Royer, é válida a leitura da matéria da revista Piauí, assinada por Marcos Sá Corrêa, que se encontra no seguinte link <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ate-tu-itaipulandia/>.

⁷ Segundo a Lei 4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional desse período, o ensino primário abrangia as quatro primeiras séries, sendo antes do ensino ginásial. Comparado aos dias atuais, seria equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Mas quando nós viemos aqui em 1973 eu vim ajudando os pais na lavoura. Na época, o meu estudo era o antigo Ginásio e com isso eu era considerado professor formado pra dar aula no primário (Depoimento de José Griebeler (TOILLIER, 2013, p. 80)).

Nas décadas de 1960 e 1970, as dificuldades financeiras eram grandes para os municípios da região Oeste do Paraná, porém, havia necessidade de escolarização de seus moradores. Segundo Emer (1991), as primeiras escolas em toda região, inclusive em Itaipulândia, foram construídas com a ajuda de serrarias que doavam madeira, para que as pessoas da localidade erguessem o prédio em uma ação coletiva. Depois disso, o município assumiu a responsabilidade de manter a escola, fornecendo material escolar e pagando o professor.

Em vista de certa liderança que a gente exercia pelas funções que tinha, o prefeito de São Miguel do Iguacu, hoje já falecido, Ferdinando Pagot, me convidou para ser subprefeito daquela região, do distrito de Itacorá, que era uma extensão grande. Assim, novamente eu tive vários envolvimento com a construção de escolas naquelas vilzinhas que iam surgindo: São José do Itavó, Sol de Maio e várias outras comunidades que vinham lá pedir: “Ó, preciso de uma escola, porque tenho tantos alunos, porque tenho tantas crianças e não tenho escola”. Aí, mobilizava-se a comunidade, nas serrarias conseguia madeira e na base do mutirão, do trabalho voluntário construíamos a escola. Tinha que esperar, às vezes, para que a prefeitura viesse com o telhado, porque telha não tinha lá. Mas teve casos das aulas começarem em escola sem telhado. Até as professoras, a gente conseguia alguém dali, dos colonos, com condições de se cadastrar no município e ministrar aulas. Então, era um trabalho comunitário, porque não tinha outro jeito, era necessário fazer. A prefeitura também tinha suas dificuldades, até para atender a própria sede do município. Os recursos públicos eram escassos. O povo ainda tinha o hábito de fazer as coisas que eram necessárias. E, dessa forma, eu me tornei um professor pela necessidade da comunidade (Depoimento de Derseu de Paula (TOILLIER, 2013, p. 146)).

Percebe-se que essa prática de instalação de escolas por parte das comunidades talvez foi consequência de uma política intencional, tanto do governo municipal, como do governo estadual, ao atrair imigrantes de regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Como os novos colonos já possuíam escolas instaladas em seus locais de origem, e com o hábito do estudo como parte da rotina de seus filhos, esperava-se que, ao se mudarem para uma região em que faltavam muitas coisas, fizessem o lugar prosperar não apenas economicamente, mas trazendo outros benefícios e hábitos, como, no caso, a instalação de escolas.

Em Itacorá, em 1963, foi criado o Grupo Escolar Gabriel de Lara, inicialmente Escola São Luiz (SCARPATO; BÖHM, 2006). Anos depois, outras pequenas localidades se organizaram e construíram suas escolas. Por não contar com ajuda municipal ou estadual, no ato de sua criação, as novas escolas eram ilegais, pois não possuíam registro e eram improvisadas. Em alguns casos, utilizava-se uma estrutura preexistente, como o salão paroquial, que servia como prédio escolar (SCARPATO; BÖHM, 2006).

A construção e manutenção de uma escola envolvia praticamente toda a comunidade. Poucos eram os recursos, e eram feitas doações de alimentos, ou, até mesmo, ocorriam o plantio e a colheita de alimentos na escola (TOILLIER, 2013). Além disso, havia a falta de professores, raros em Itaipulândia.

Quando chegamos a Itacorá foi inaugurado o Ginásio Nossa Senhora de Fátima⁸, das irmãs. Então, eu me tornei professor quase que por obrigação, porque não havia pessoas com grau de estudo. Quando o Ginásio inaugurou, tínhamos apenas dois professores: eu e o Antônio Derseu Cândido de Paula, que nem formados de professores nós éramos. Eu tinha feito Científico e ele tinha feito Técnico Contábil. Então, a gente mexia só com a primeira série do Ginásio, no primeiro ano em 1971; aí em 1972 havia primeira e segunda série; no ano seguinte tinha a terceira série; e assim sucessivamente (Depoimento de Guido Miranda (TOILLIER, 2013, p. 100-101)).

Em 1972 eu terminei o Ginásio e vim para o Paraná. Então, em 1973 eu fui professor substituto, porque a maioria dos professores – tinha cinco professores aqui na escola municipal atuando – me procurou para que eu desse uma força, pois a maioria deles só tinha a Quinta série e não tinham estudo como eu. Um dos professores que estava no seminário tinha a Quarta série ginásial e os demais ainda estavam somente com a quinta série⁹ (Depoimento de José Griebeler, falando sobre Aparecidinha do Oeste (TOILLIER, 2013, p. 81)).

O professor que assumia o ensino na escola tinha uma importância grande e a ele também era atribuído um grande valor. Nas narrativas, percebemos que pioneiros na educação, casos de Guido Miranda e Derseu de Paula, ou os que começaram a atuar após a

⁸ O Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima inaugurado em Itacorá, em 1971, era uma extensão do colégio de mesmo nome que tinha sede em São Miguel do Iguçu. A sua responsabilidade era das irmãs franciscanas e atendia alunos de 5ª à 8ª séries do ensino de primeiro grau, que eram equivalentes aos atuais 6º ao 9º anos do ensino fundamental.

⁹ Quando o entrevistado fala 5ª Série, estamos entendendo como o último ano do ensino primário, quando era realizada a prova de admissão ao ginásio.

escola estar constituída, como os demais entrevistados, o professor sempre foi uma “figura de respeito” na comunidade de Itaipulândia.

Várias escolas foram instaladas nas localidades de Itaipulândia, com base no que foi apresentado sobre o processo de construção pela comunidade e de escolha de seus professores. Nas figuras de dois (2) a quatro (4), ilustramos os estilos possíveis das escolas construídas:



Figura 2 - Escola Municipal Carlos Gomes durante a década de 1970¹⁰

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

¹⁰ A escola foi inaugurada em 1964 e funciona até os dias atuais.



Figura 3 - Escola D. João Bosco de Sol de Maio durante a década de 1960¹¹

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

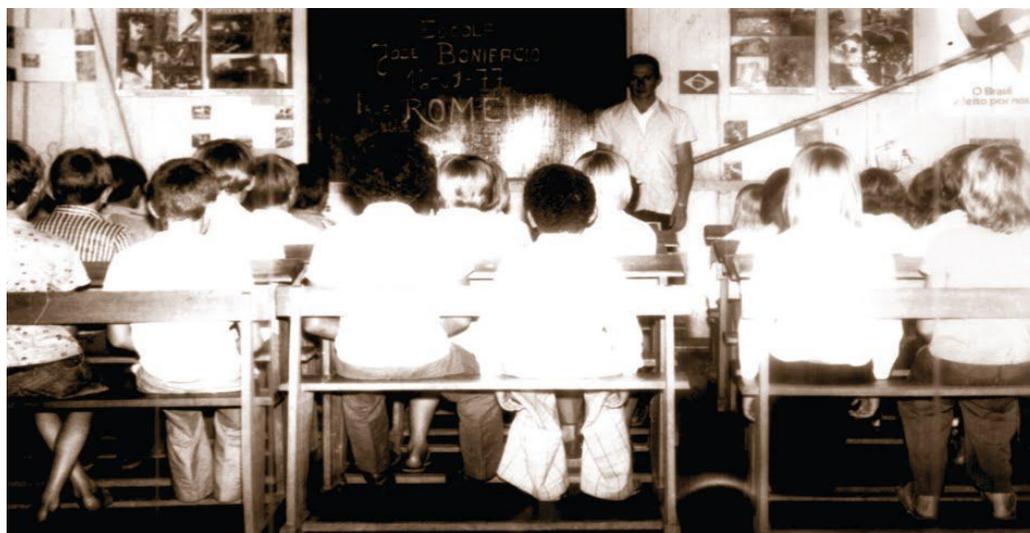


Figura 4 - Interior da Escola José Bonifácio em Cristo Rei – Professor Romeu Manteufel –
16 de agosto de 1977¹²

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

¹¹ A escola foi inaugurada em 1968 e funcionou até 1985.

¹² A escola funcionou de 1966 até 1995.

A implantação de escolas primárias ocorreu ao longo da década de 1960 e meados da década de 1970. Nesse período, a população aumentou, e muitos estabelecimentos de ensino foram criados, em virtude da distância entre as comunidades e pela dificuldade de acesso entre elas. Ao todo, foram criadas 32 escolas, a maioria delas multisseriadas e que continuaram com suas atividades por vários anos. Nelas, segundo Scarpato e Böhm (2006), os professores eram responsáveis pela limpeza, manutenção das hortas e o preparo da merenda, muitas vezes, ajudados pelos alunos. Ainda, muitas das escolas instaladas nas localidades do interior de Itaipulândia atendiam aos alunos em até três turnos, pois não existiam salas de aula suficientes para suprir a demanda de estudantes, funcionando das 7h30min às 11h, no primeiro turno, das 11h às 14h30min, no segundo, e das 14h30min às 18h, no terceiro.

A população aumentava e, conseqüentemente, o número de matrículas nas escolas também. Em 1970, foram matriculados 1450 alunos de primeira à quarta série, em Itacorá. Após cinco anos, esse número aumentou para 3440 matrículas (SCARPATO; BÖHM, 2006). Quando os alunos terminavam o ensino primário, não permaneciam na escola, pois não existiam turmas do nível ginásial¹³ em Itacorá, ou nas demais localidades. Com isso, tornou-se necessária a criação do ensino ginásial nessa região.

O ensino ginásial somente existia em cidades distantes de Itaipulândia. Escolas normais regionais funcionavam em Foz do Iguaçu, criadas em 1951; em Marechal Cândido Rondon, criadas em 1958; e em Cascavel, criadas em 1959. No entanto, como o acesso para os moradores das localidades de Itaipulândia para essas escolas dos outros municípios era difícil, muitos paravam os estudos, ao completarem o ensino primário, sem prestar o Exame de Admissão¹⁴.

Segundo o relato de Derseu de Paula, em 1970, quando se mudou para Itacorá, logo instalou o primeiro escritório de contabilidade dessa região, o que significava, para a população local, que ele possuía “algum estudo” e que poderia ajudar na criação de uma escola de nível ginásial. Dessa maneira, muitos moradores de Itacorá, e de outras

¹³ Segundo a Lei 4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional desse período, o ensino ginásial abrangia as quatro séries após o ensino primário. Essa Lei continuou em vigor até 1971, com a aprovação da Lei 5692/71, que extinguiu o ensino ginásial e primário, transformando-o em ensino de primeiro grau, com as oito primeiras séries.

¹⁴ O Exame de Admissão ao Ginásio foi estabelecido por meio do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931. Nesse período, o ensino era dividido em ensino primário e secundário. O ensino primário era um ciclo de quatro séries. Após o aluno concluir esse primeiro nível, ele realizava o Exame de Admissão para ingresso no curso secundário.

comunidades, o procuraram para que ajudasse na abertura de um ginásio, o Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, pois eram poucos os habitantes da região com o ensino ginásial completo.

Após um tempo, quando já estava instalado, fui professor lá em Itacorá [...] hoje está submerso no Lago de Itaipu. Naquela vilazinha, eu fui quase que forçado a colaborar com a comunidade local para montar um Ginásio. Só havia o Grupo Escolar [Gabriel de Lara] e muitas pessoas, de certa idade, estavam querendo estudar, mas Itacorá era distante 45 quilômetros de São Miguel do Iguaçu, sede do município e, para piorar, as estradas eram ruins. Nos dias de chuva eram intransitáveis, então, realmente, era necessária a criação do Ginásio.

Com a minha interferência, e a participação da comunidade, foi conseguido fazer uma extensão do Colégio [Franciscano] Nossa Senhora de Fátima das irmãs lá de São Miguel do Iguaçu para funcionar à noite, no grupo escolar. (Depoimento de Derseu de Paula (TOILLIER, 2013, p. 144-145)).

O entrevistado, João Kazmirczak, foi um dos moradores da região que procurou Derseu de Paula para a abertura do ensino ginásial. Em seu relato, conta que nos primeiros anos do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, a procura foi grande e a maioria dos alunos tinha mais de 20 anos, em virtude do tempo que a região ficou sem esse nível de ensino (TOILLIER, 2013).

As séries do ensino ginásial foram instaladas gradativamente¹⁵. As irmãs franciscanas, embora responsáveis pelo estabelecimento, não contribuíam financeiramente e nem com a contratação de professores. Derseu de Paula precisou contornar problemas, como a falta de energia elétrica – que só foi resolvida, ao usar uma extensão de uma serralheria próxima – e a falta de recursos. Para aliviar este último problema, vários eventos eram realizados para angariar fundos para o colégio, como nos disse Derseu de Paula. Já a contratação de docentes era feita por ele a partir de contatos com conhecidos no Rio Grande do Sul.

Durante seus anos de funcionamento, o Colégio Nossa Senhora de Fátima contou com o auxílio do Batalhão do Exército instalado em Itacorá (TOILLIER, 2013). Os militares ajudaram ministrando disciplinas, como Moral e Cívica, ou em desfiles de Sete de Setembro, ao ensinarem os alunos a marchar e a terem postura na Ordem Unida. Alguns alunos também eram militares.

¹⁵ Vale ressaltar que a partir de 1971, o ensino no Brasil passou a ser regido pela Lei 5692/71. Porém, a Lei é instaurada gradativamente, por isso, nos primeiros anos de funcionamento da escola em Itacorá, o ensino é chamado de ginásial.

Por sete anos, o único estabelecimento de ensino com as séries finais do primeiro grau (o antigo ginásio e o atual ciclo II do ensino fundamental) de Itaipulândia era o Colégio Nossa Senhora de Fátima. Em 1978, outras duas escolas passaram a atender as quintas séries: Carlos Gomes (Figura 5), em Aparecidinha do Oeste, e Rondônia, em São José do Itavó. Isso ocorreu devido ao desenvolvimento nos dois lugares e, principalmente, pelo fim próximo de Itacorá, que seria inundada em função da formação do Lago de Itaipu e com a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

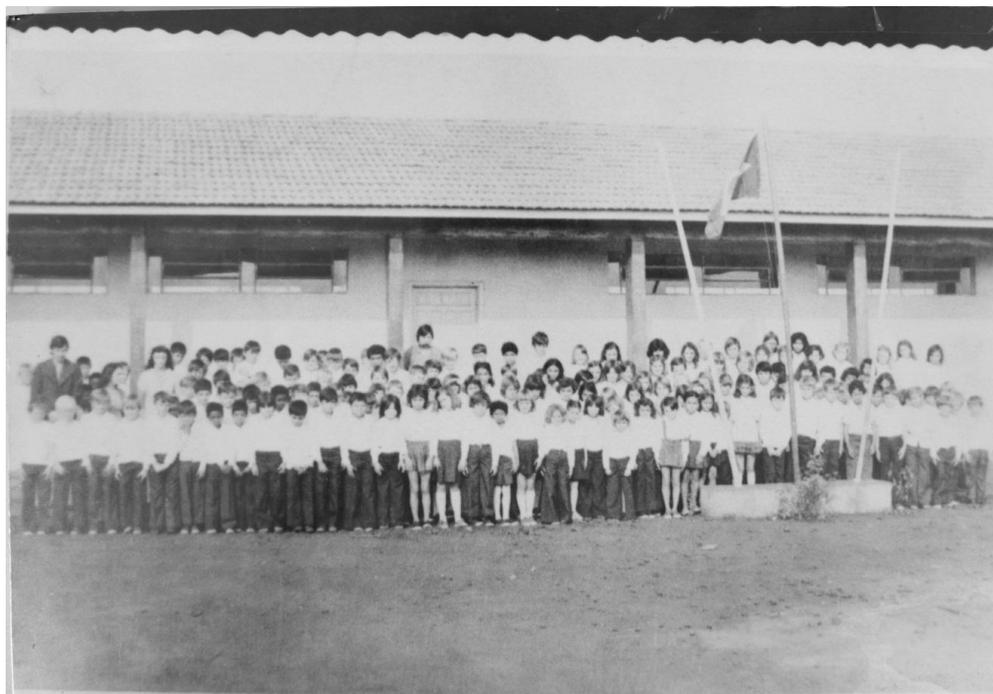


Figura 5 – A Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Em Aparecidinha do Oeste, a Escola Municipal Carlos Gomes foi criada em 1964 e, a partir de 1978, teve seu acesso ampliado, com a abertura da quinta série do ensino de primeiro grau. Nos anos seguintes, as outras séries desse nível de ensino foram implantadas gradativamente. Em 1979, um dos entrevistados da pesquisa, João Kazmirczak, assume a direção da escola.

As dificuldades eram grandes, tanto para manter a escola, quanto para conseguir professores em Aparecidinha do Oeste, pois eram poucos os habilitados para trabalhar nas

disciplinas específicas. Para obter recursos financeiros, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) realizava eventos. Já em São José do Itavó, o diretor da Escola Municipal Rondônia, José Lemes¹⁶, enfrentava muitas dificuldades, pois a escola era a que atendia aos alunos mais carentes, comparados com os de outras localidades (TOILLIER, 2013). Lá, a maioria dos alunos era de filhos de lavradores, que trabalhavam nas plantações de hortelã e de algodão.

Com a aproximação da formação do Lago de Itaipu, o contexto educacional de muitas localidades sofreu alterações, pois elas seriam parcialmente ou totalmente inundadas. Várias pequenas escolas foram fechadas nas áreas que seriam totalmente inundadas, pois cada vez menos alunos as frequentavam e suas famílias procuravam outros lugares para se instalarem. Além disso, algumas localidades tiveram uma grande área atingida pelo Lago de Itaipu, o que levou à queda de sua população e ao isolamento e, assim, algumas escolas foram desativadas anos depois, por exemplo, em Sol de Maio, em 1985 (SCARPATO; BÖHM, 2006).

Com a eminente formação do Lago de Itaipu, as escolas de Itacorá, Gabriel de Lara e Nossa Senhora de Fátima entraram em processo de encerramento de suas atividades. Muitos alunos solicitavam transferência para várias regiões brasileiras, como para Rondônia, Mato Grosso, para outras regiões do Paraná e outras localidades de Itaipulândia (TOILLIER, 2013). Para que a população, que ainda não havia se mudado, não ficasse sem estudar, o município de São Miguel do Iguazu assumiu o ensino de quinta à oitava série, criando em Itacorá uma extensão da Escola Municipal Carlos Gomes que atendia em Aparecidinha do Oeste e que tinha como diretor, à época, João Kazmirczak, e os professores Guido Miranda e José Griebeler (TOILLIER, 2013).

No final de 1981, as atividades das duas escolas de Itacorá foram encerradas. Os alunos da última turma de oitava série fizeram a formatura em conjunto com os alunos da primeira turma de oitava série da escola matriz, em Aparecidinha do Oeste.

A formação do Lago de Itaipu impactou intensamente a educação de Itaipulândia: suas duas principais escolas foram fechadas; várias pequenas escolas municipais tiveram suas atividades encerradas; ampliou-se o nível de ensino em duas escolas; os professores mudaram-se para outras cidades, ou para Aparecidinha do Oeste – caso de Guido Miranda –; e a quantidade de alunos diminuiu, uma vez que a região ficou isolada, distante da sede do

¹⁶ Antigo morador e professor do local.

município de São Miguel do Iguazu e com poucas oportunidades para a população. Ao todo, permaneceram funcionando apenas 13 das 32 escolas de primeira à quarta série da rede municipal de ensino, contando com 1164 matrículas em 1982, uma queda considerável, se comparado com os números de Itacorá nos anos iniciais da década de 1970.

A partir de 1982, as duas escolas que ofereciam todas as séries do ensino de primeiro grau passaram para a autarquia do estado do Paraná, para as séries finais desse ciclo (SCARPATO; BÖHM, 2006). Em Aparecidinha do Oeste, foi criada a Escola Estadual Costa e Silva, atual Colégio Estadual Costa e Silva (1989), e em São José do Itavó, foi criada a Escola Estadual Tiradentes, atual Colégio Estadual Tiradentes (2010), ambos, atualmente, com as séries finais do ensino fundamental e com o ensino médio. Essas “novas escolas” funcionaram nos mesmos prédios das escolas municipais, sendo que as duas de São José do Itavó, ainda hoje, dividem o mesmo espaço, enquanto que as de Aparecidinha do Oeste passaram a ter sedes diferentes em 1994.

A implantação do ensino de segundo grau, atual ensino médio, demorou a acontecer em Itaipulândia. O antes chamado de ensino secundário¹⁷ começou a ser ofertado na região Oeste do Paraná, no final da década de 1960, em escolas normais colegiais, tanto públicas como privadas, além de escolas de contabilidade, que ofertavam o curso científico (EMER, 1991). No entanto, essas escolas, da mesma forma que as primeiras de nível ginásial da região, eram em municípios de difícil acesso para os moradores das localidades e distritos da futura Itaipulândia.

Somente em 1984, iniciou-se o ensino de segundo grau, de forma gradativa, em Aparecidinha do Oeste, que ofertou um curso técnico em contabilidade.

Com o ensino de segundo grau, aumentou a demanda de professores e, com isso, nos anos finais da década de 1980, chegaram novos professores, como os entrevistados dessa pesquisa, Cecília Moretto e Nelson Domingues. Porém, ainda existia um déficit em relação ao número de docentes, e a situação das escolas continuava precária. A carga horária deles era muito alta, não havia hora-atividade, e eles assumiam várias disciplinas, mesmo não possuindo a devida formação para tal trabalho.

¹⁷ O ensino secundário abrangia as séries posteriores ao fim do ensino primário. Seu acesso se dava a partir da aprovação no Exame de Admissão. Essa denominação perdurou até 1971, com a criação da Lei 5.692.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a ideia da emancipação política de Aparecidinha do Oeste começou a ser veiculada como uma possibilidade. Durante os anos em que isso era pleiteado, a escola servia como um dos locais “para passar recados aos alunos”, já que muitos professores encabeçavam movimentos políticos, para que de fato isso ocorresse, como eram os casos de Lotário Knob, José Griebeler e João Kazmirczak.

Após luta intensa, como já descrita anteriormente, Itaipulândia conseguiu a emancipação, e a situação melhorou muito também para a educação, como todos os entrevistados que ainda residem no município ressaltaram em Toillier (2013).

5 Considerações últimas sobre a história da educação de Itaipulândia e uma breve conclusão

Quando foi criado o município de Itaipulândia em 1993, havia apenas 550 alunos que estudavam de primeira à quarta série, distribuídos em onze escolas: quatro seriadas e sete rurais multisseriadas. A partir daquele ano, a situação melhorou tanto nas escolas municipais, como estaduais. Esse fato não se deu apenas pela emancipação municipal e pelo uso dos *royalties*, mas, segundo alguns entrevistados, por ter como primeiro prefeito um professor, Lotário Knob, que conhecia a situação educacional.

Com o auxílio da prefeitura, várias escolas foram ampliadas ou tiveram melhorias em sua estrutura. As estradas finalmente foram arrumadas, o que possibilitou um melhor acesso em dias de chuva. Algumas escolas municipais do interior do município foram fechadas, por contarem com uma pequena quantidade de alunos. Restaram apenas quatro escolas municipais¹⁸ e duas escolas estaduais, nenhuma delas multisseriadas, como era comum. Após o fechamento dessas escolas, o transporte escolar foi melhorado para que os alunos pudessem chegar às escolas de outras localidades.

Desde a emancipação, a educação recebeu mais investimentos, o que acarretou a ampliação de escolas tanto municipais, como as duas estaduais –, as quais receberam doações de terrenos do município, de material para construção e materiais didáticos. Houve, também, a construção de novos prédios escolares.

¹⁸ Restaram as seguintes escolas polos, todas municipais: João Lorini (Santa Inês), Rondônia (São José do Itavó), Dona Leopoldina (Caramuru) e Carlos Gomes (sede).

Na contemporaneidade, Itaipulândia não vive mais no tempo da precariedade, quando o assunto é educação. O incentivo e o investimento são feitos em altos valores e das mais variadas formas, tanto, que proporciona a formação de seus próprios professores, seja trazendo os cursos até eles, ou levando-os para outros lugares (TOILLIER; BARALDI, 2018).

Com base na mobilização de narrativas e por meio de um exercício de pesquisa em História da Educação Matemática, elaboramos a nossa narrativa acerca da História da Educação em Itaipulândia. As fontes orais nos possibilitaram enxergar além da formação do professor de Matemática, que era o que buscávamos conhecer, na pesquisa de mestrado que fora realizada.

Assim, destacamos como os espaços moldam os sujeitos que por ali passaram, e como esses mesmos sujeitos ajudam na reelaboração espacial. São influenciados e influenciam paisagens, vegetação, relevo e clima. Itaipulândia e a região do Lago de Itaipu nos mostram isso. As narrativas de nossos entrevistados carregam não apenas o sentido de pioneirismo, mas o de agentes transformadores de um local, atores principais, num cenário educacional de Itaipulândia.

Referências

BOLÍVAR, A., DOMINGO, J., FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educación.** Enfoque y metodología. Madrid: La Muralla, 2001.

CERTEAU, M. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola.** 1991. 348 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GARNICA, A.V. M. História oral em educação matemática: um panorama sobre pressupostos. **História Oral**, v. 18, n. 2, p. 35-53, jul./dez. 2015

MORAIS, M. B. de; GARNICA, A. V. M. Da duração situada: um estudo sobre historiografia, espaço e Educação Matemática. **REVEMAT**, Florianópolis, v. 11, p. 77-95, 2016.

SCARPATO, R. BÖHM, I. B. **Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história.** Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

TOILLIER, J. S. **A Formação de Professores (de Matemática) em Terras Paranaenses Inundadas.** 2013. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

Uma narrativa sobre a história da educação de Itaipulândia (PR)

TOILLIER, J. S.; BARALDI, I.M. A formação superior do professor que ensinava Matemática em Itaipulândia (PR). **Revista Educação Matemática em Foco**. UEPB, v. 7, n. 1. p. 1-29, 2018.

Recebido em: 22/05/2019

Revisado em: 26/10/2019

Aprovado para publicação em: 30/10/2019

Publicado em: 19/12/2019